



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

ACTA N.º1/2006

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E SEIS. -----

----- Aos vinte dois dias do mês de Fevereiro de dois mil e seis, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município realizou-se a primeira sessão ordinária deste ano, previamente convocada, contando com a presença dos seguintes elementos: ---

----- José do Carmo Correia Martins, Ulisses Saturnino Duarte de Brito, Tomás Manuel Gomes da Costa Nunes, Maria Eugénia Passos Rosa Narra, Josélia Maria Gomes Mestre Gonçalves, Ivo Manuel dos Santos Tomé, Joao Manuel Rodrigues Guerreiro Grenhas, Renato Edmundo Proença dos Santos, Ilídio da Conceição Viegas, Acácio José Madeira Martins, César Augusto da Conceição, José Manuel da Costa Dantas, Henrique José Machado Nicolau, Norberto Miguel Brito Lopes de Jesus, Paulo Viegas Guerreiro e David José Ventura Gonçalves. -----

----- Estavam ainda presentes os Vereadores Vitor Manuel Martins Guerreiro, Joaquim Gago Mendoza e Marlene de Sousa Guerreiro.-----

----- Iniciando-se a sessão o presidente da mesa leu o edital que originou esta sessão.-----

----- Seguidamente leu a correspondência recebida pelo núcleo de apoio destacando alguns ofícios da Associação nacional de Municípios Portugueses, sobre vários assuntos; ofícios da Câmara Municipal remetendo os assuntos que deram origem à ordem de trabalhos; ofícios da Câmara Municipal sobre: intervenção da munícipe Teresa Sancho; Lei de Orçamento do Estado para dois mil e seis- limitação com despesas do pessoal; declarações do Senhor Ministro relativas à extinção da freguesia de S. Brás de Alportel; Linha de alta tensão Tunes/Estói; processo de criação de uma nova freguesia; carta da Vereadora Judite Neves informando que está presente no colóquio “o que é ser vítima”, pelo que não pode comparecer à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

sessão e ofício da Junta de Freguesia de S. Brás relativo à extinção da freguesia.----

----- Dado que existiam assuntos que embora não estivessem agendados eram de relevante interesse, o presidente da mesa questionou a Assembleia em que período seria preferível discutir estes assuntos, pelo que se chegou à conclusão de que seria melhor no início da mesma. -----

----- Assim, passou a ler na íntegra os ofícios da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal sobre a possível extinção da freguesia de S. Brás de Alportel, bem como a proposta aprovada pela Câmara sobre a criação de uma nova freguesia.-----

----- Usando da palavra Tomás Nunes disse que o projecto de criação de uma nova freguesia data de mil novecentos e oitenta e dois, porque já nesta altura o partido socialista em campanha prometia, não a criação de uma mas sim de duas – a dos Vilarinhos e a do Alportel, tendo posteriormente sido afastada a ideia da freguesia dos Vilarinhos. Na década de noventa foi aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal a criação da freguesia do Alportel, que até já estava devidamente delimitada. -----

----- Referiu ainda que já em Outubro, a comunicação social havia referido, segundo uma entrevista do Senhor Secretário de Estado Eduardo Cabrita, que o governo pretendia extinguir algumas freguesias nomeadamente a de S. Brás de Alportel, tendo ficado admirado por, nem a Câmara nem a Junta terem reagido, receando que agora já seja tarde. -----

----- Em relação à proposta agora apresentada quis saber se o Senhor Presidente da Câmara já tem o levantamento do número de eleitores residentes nessa zona, qual a delimitação territorial, a área e a pontuação atribuída aos critérios estabelecidos por lei.-----

----- Josélia Gonçalves disse que esta proposta de criação de uma nova freguesia não é nova, porque já em mil novecentos e oitenta e três se falava bastante neste assunto, no entanto, até à presente dada a mesma ainda não foi concretizada, pelo que se deve pensar, agora mais do que nunca, num problema que S. Brás tem quer a nível de concelho quer de freguesia - sendo que o mesmo deve ser partilhado com todos os sambrasenses e com o esforço de todos os autarcas que esses mesmos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

sambrasenses elegeram. -----

----- Disse que no programa eleitoral que foi apresentada pelo governo constava a reforma administrativa do país, o que queria dizer que alguma coisa iria mudar. -----

----- Referiu que a realidade das freguesias existentes não tem nada a ver com a actividade, tendo porém consciência de que para S. Brás a solução não é a extinção da freguesia mas sim a criação de mais uma. -----

----- Apoiou todas as iniciativas levadas a cabo, quer pela Junta de Freguesia quer pela Câmara Municipal, esperando que do seio desta assembleia surja uma convergência unânime de ideias que levem à concretização deste desejo. -----

----- Renato Santos disse que a Coligação Democrática Unitária sempre defendeu a criação de mais uma freguesia, que por todos os dados já referidos seria no Alportel.

----- Disse que está impressionado com a forma como os governantes passam uma esponja num concelho com tantos anos de história, sem a mínima preocupação. -----

----- Acrescentou que está preocupado com o desempenho da Junta de Freguesia que desde há vários anos, e com sucessivos presidentes de vários partidos, não tem dado grandes frutos, podendo a mesma receber algumas competências que até agora pertenciam à Câmara. Referiu que a extinção de freguesias pode ser a forma encontrada pelo governo para minimizar custos. -----

----- Referiu que actualmente a Junta é presidida por uma pessoa com capacidades mais do que suficientes para suportar um aumento de competências. -----

----- Tomás Nunes disse que se deveria questionar o Senhor Secretário de Estado porque é que estas medidas só abrangem os concelhos do continente e não englobam a Madeira e os Açores. -----

----- Usando da palavra o Presidente da Câmara disse que embora o Senhor Secretário de Estado afirme que em princípio não existirão extinções de freguesias porque não é esse o programa do governo, a criação de uma nova freguesia é um ponto forte para nos debatermos e não sermos enrolados neste processo. -----

----- Disse que em todos os ofícios que fez referiu sempre o grande crescimento populacional, cultural... E o desejo manifestado pelos sambrasenses em ver criada mais uma freguesia, que, em princípio teria sede no sítio do Alportel. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

----- O Presidente da mesa disse que não sabe se está certo ou errado a criação de mais um freguesia, no entanto acha que o correcto é definir-se critérios para essa criação. -----

----- Josélia Gonçalves disse que a Assembleia Municipal ou a própria Câmara deveria solicitar os critérios necessários para a configuração administrativa da freguesia. -----

----- Acrescentou que o Senhor Secretário de Estado criou critérios diferentes para as freguesias rurais e para as urbanas, até porque as realidades são bem diferentes.

----- Por tudo isto sugeriu que desta sessão saísse uma manifestação partilhada quanto à possibilidade de extinção desta freguesia. -----

----- César Augusto disse que apenas se estão a tecer considerandos acerca de uma declaração do Senhor Secretário de Estado, o que na realidade quer saber é se, neste momento aparecesse um desmentido sobre este assunto, a Câmara continuaria com a mesma vontade de criar outra freguesia. -----

----- Quis ainda saber quais seriam as compensações que a Câmara teria com a extinção da Junta de Freguesia, até porque o grau de execução da mesma é bastante reduzido, o que deixa algumas dúvidas se estará a beneficiar da melhor forma a população. -----

----- Em relação à criação de uma nova Junta de freguesia numa época de contenção de despesas talvez não seja a hipótese mais viável. -----

----- Renato Santos disse que o importante é saber se os desejos e necessidades da população são satisfeitos com a criação de uma ou mais freguesias, porque se assim for não se pode olhar a gastos, e todas as forças políticas têm de se unir. -----

----- Josélia Gonçalves disse que reduzir gastos ou racionar verbas não pode de forma alguma compatibilizar-se com a extinção de uma freguesia, que, a acontecer só iria prejudicar o desenvolvimento da economia de um concelho e a proximidade com a população. -----

----- O Presidente da mesa disse que depreende pelas várias intervenções dos membros que todos estão com o Senhor Presidente da Câmara nas suas manifestações de desacordo pela extinção da freguesia e com a vontade de criação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

de uma outra. -----

----- Referiu ainda que poderá esta Assembleia solicitar ao Governo informações sobre os critérios subjacentes a esta política e o facto de apenas se aplicar ao continente e não às regiões autónomas, ou então, como alternativa, poderão estas demarches ser feitas através da Câmara Municipal.-----

----- Usando da palavra o Presidente da Câmara disse que não se pode considerar como uma reacção o facto de se querer criar uma nova freguesia, mas sim tornar realidade um desejo manifestado por vários autarcas ao longo dos anos.-----

----- Referiu que S. Brás tem condições quer geográficas quer populacionais que permitem ter mais que uma freguesia, o que pode ser bastante proveitoso quer a nível de competitividade política quer económica.-----

----- Em relação à compensação com a extinção nada que se proponha é de aceitar até porque se trata da identidade de uma população.-----

----- Seguidamente passou-se ao período destinado ao público tendo usado da palavra a munícipe Vanessa André para saber porque razão só agora é que existem movimentações para a criação de uma nova freguesia, se esse é um desejo tão antigo e aparece apenas quando o governo anuncia a extinção da existente.-----

----- Disse que gostaria de saber porque é que a Câmara não delega mais competências na Junta, alegando que a actual funciona mal como poderão funcionar bem duas ou mais.-----

----- O Presidente da mesa disse que a resposta a estas questões serão reencaminhadas e devidamente respondidas.-----

----- Aquiles Marreiros disse que gostaria de fazer algumas intervenções acerca do PROT Algarve, no entanto queria ouvir primeiro algumas explicações, e só depois usar da palavra, querendo saber se isso seria possível.-----

----- O Presidente da mesa disse que iriam ser realizadas reuniões onde se irão debater todas estas questões, pelo que, terá todo o prazer em convidar o Senhor Aquiles, que como já foi referido anteriormente conhece perfeitamente todo este dossier e quer, como munícipe sambrasense dar o seu contributo.-----

----- Ivo Tomé disse que o regimento não está a ser interpretado da maneira mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

correcta, porque na sessão anterior foi feita uma intervenção por parte do público e a resposta foi dada por escrito posteriormente, quando na sala estavam presentes pessoas competentes para dar uma resposta imediata; hoje, na primeira intervenção foi a munícipe informada de que a resposta seria enviada por escrito, no entanto, na segunda intervenção, o munícipe recebeu a informação na hora. -----

----- O Presidente da mesa disse que em relação à segunda intervenção o munícipe não foi esclarecido, foi sim convidado a participar nas reuniões de discussão do PROTAL que se irão realizar, onde poderá contribuir com as suas sugestões. -----

----- Seguidamente trocaram-se impressões entre o elemento Ivo Tomé e o presidente da mesa, sobre a qualidade em que o Senhor David Gonçalves se encontrava nesta Assembleia, dado que segundo o presidente da mesa ela não está cá na qualidade de Presidente da Junta mas sim como elemento deste órgão. -----

----- Seguidamente passou-se ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos :
“APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL”. -----

----- Sobre este ponto o Presidente da Câmara fez uma breve explanação da actividade mais relevante desenvolvida pela Câmara Municipal no período subsequente à anterior sessão, a qual dispensa a sua transcrição por ficar apenas a esta acta. -----

----- Terminada a explanação usou da palavra Tomás Nunes para referir que a obra da Estrada nacional dois apresenta algumas deficiências, ou no próprio projecto ou na execução, nomeadamente no troço inicial que é bastante estreito e estrangula o trânsito local. -----

----- Josélia Gonçalves quis saber se se estava num processo de mera prospecção ou se já existia alguma coisa mais concreta em relação aos parques eólicos. -----

----- Felicitou o plano de revitalização do Centro Histórico da Vila. -----

----- Norberto Miguel quis saber se o que existem são apenas estudos ou se alguma das empresas está interessada em colocar aerogeradores no nosso concelho. -----

----- Em relação ao coeficiente a aplicar nas taxas, quis saber como eram aplicadas.

----- Respondendo o Presidente da Câmara disse que a aplicação do coeficiente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

decorre da Lei e varia em função do programa plurianual de investimentos.-----

----- Em relação à Estrada Nacional Dois, disse que este assunto também o preocupa bastante, no entanto explicou que a estrada tem cerca de três metros e vinte de largura, mais oitenta e oito centímetros de passeio e a largura do lancil. Actualmente a estrada tem seis metros de largura mas tem dois sentidos o que ainda é mais reduzido.-----

----- Também a diferença parece maior porque o Largo é muito amplo, podendo-se daí tirar algumas vantagens como o facto das pessoas terem de reduzir a velocidade quando entram na rua.-----

----- Em relação aos parques eólicos disse que se está a proceder a um concurso público internacional em que as empresas concorrentes para formalizarem a sua candidatura têm de ter assinado um protocolo com a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, não querendo no entanto dizer que esteja garantida a colocação de aerogeradores em S. Brás.-----

----- No que respeita a vantagens, qualquer das empresas que contactou a Câmara apresentou valores a atribuir à Câmara Municipal e Junta de Freguesia, bem como a renda aos proprietários dos terrenos.-----

----- Seguidamente passou-se ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos : **“SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”** não tendo havido quaisquer intervenções pelo que se passou ao quinto ponto : **“APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL”**-----

----- Neste ponto o Presidente da mesa leu a proposta de alteração do regimento que resultou das intervenções de dois elementos na sessão anterior:-----

----- *De acordo com o aprovado na reunião de 15 de Dezembro último, apresentamos duas propostas de alteração ao regimento em vigor:*-----

ARTIGO 6º

Alteração da Composição da Assembleia

1).....



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

Onde se lê : -----

2) Esgotada a possibilidade de substituição prevista no número anterior e desde que não esteja em efectividade de funções a maioria do número legal dos membros da Assembleia, o Presidente comunica o facto ao Governador Civil para que este marque, no prazo máximo de 30 dias novas eleições, nos termos da lei, ao Presidente da Assembleia Distrital. -----

Deve ler-se : -----

2) Esgotada a possibilidade de substituição prevista no número anterior e desde que não esteja em efectividade de funções a maioria do número legal dos membros da Assembleia, o Presidente comunica o facto ao Governador Civil para que este marque, no prazo máximo de 30 dias novas eleições, nos termos da lei. -----

Artigo 16º

Competências dos membros

a)..... -----

b)..... -----

c)..... -----

aa)..... -----

bb)..... -----

cc) Votar a proposta de nomeação dos elementos da Assembleia para integrar a Assembleia Metropolitana do Algarve.-----

----- Renato Santos disse que durante alguns anos a Assembleia Municipal regeu-se por um documento que possivelmente não foi lido porque, caso contrário, os elementos teriam visto que estava mal, ou então leram e não perceberam nada do que leram. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

----- Passou-se à votação da alteração das duas alíneas do regimento tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.-----

----- Seguidamente passou-se á análise e votação do sexto ponto da Ordem de Trabalhos:”**DESIGNAÇÃO DE AUTARCAS PARA INTEGRAR DIVERSAS COMISSÕES**” -----

----- O Presidente da mesa disse que à semelhança do que já aconteceu anteriormente em votações deste género, cada partido nomeará um elemento para integrar cada uma das comissões, excepto no conselho cinegético e na comissão destinada a dar parecer sobre a instalação e modificação de estabelecimentos de comércio a retalho e de comércio por grosso, que terá de ser feita por escrutínio secreto. -----

----- Ficaram assim constituídas as seguintes comissões: -----

----- **A) Comissão Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia:** -----

----- Pelo Partido Socialista – Maria Eugénia Passos Rosa Narra, -----

----- Pelo Partido Social Democrata – Tomás Manuel Gomes da Costa Nunes;-----

----- Pela Coligação Democrática Unitária – Renato Edmundo Proença dos Santos. -

----- **B) Comissão Municipal de Trânsito.** -----

----- Pelo Partido Socialista – Acácio José Madeira Martins;-----

----- Pelo Partido Social Democrata – Tomás Manuel Gomes da Costa Nunes;-----

----- Pela Coligação Democrática Unitária – Renato Edmundo Proença dos Santos. -

----- **C) Comissão Municipal de Habitação**-----

----- Pelo Partido Socialista – Paulo Viegas Guerreiro;-----

----- Partido Social Democrata – César Augusto da Conceição; -----

----- Pela Coligação Democrática Unitária- Renato Edmundo Proença dos Santos.---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

----- **D) Conselho Cinegético Municipal** – precedido escrutínio secreto foi obtida a seguinte votação – Ilidio Viegas doze votos; Tomás Nunes um voto; Josélia Gonçalves um voto, um voto branco e um voto nulo.-----

----- **E) Comissão Municipal destinada a dar parecer sobre a instalação e modificação de estabelecimentos de comércio a retalho e de comércio por grosso** - precedido o escrutínio secreto obteve-se a seguinte votação : João Grenhas nove votos; Ilidio Viegas dois votos, Norberto Jesus três votos, Ulisses Brito um voto e um voto em branco.-----

----- **F) Corpos Gerentes da Associação “Rota da Cortiça”**- Sobre este ponto chegou-se à conclusão, por unanimidade, que os elementos a eleger deveriam ocupar os mesmos dos seus antecessores, assim ficaram nomeados os seguintes elementos: -----

----- **Secretário da Assembleia Geral** – para o lugar do Senhor Orlando Silva o elemento Renato Santos; -----

----- **Vogal do Conselho Fiscal** – para o lugar do Senhor José Alberto de Brito Pereira o membro César Augusto da Conceição;-----

----- **Primeiro Suplente da Mesa da Assembleia Geral**- para o lugar de João Manuel Rodrigues Guerreiro Grenhas o elemento José Manuel da Costa Dantas.-----

----- Passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos : “**LINHA DE ALTA TENSÃO TUNES/ESTOI – PONTO DE SITUAÇÃO**”-----

----- O Presidente da mesa leu uma moção que foi elaborada a partir de um ofício da Câmara Municipal e da posição assumida pela Assembleia Municipal em dois mil e três sobre este assunto, que a seguir se transcreve:-----

LINHA DE ALTA TENSÃO TUNES/ESTOI A 150 KV

A Câmara Municipal de São Brás de Alportel, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Fevereiro, emitiu parecer relativo à projectada Linha aérea a 150 Kv Tunes-Estoi, o que fez nos termos seguintes:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

1. *A Câmara Municipal de São Brás de Alportel emite parecer negativo ao projecto em referência;*
2. *Apesar de ligeiras alterações, mantêm-se actualmente todas as reservas, críticas e observações que esta autarquia já apresentou em devido tempo a esses Serviços pelo nosso Ofício n.º 3923, de 24 de Junho de 2003, cuja cópia se remete em anexo;*
3. *Continuamos a considerar que o traçado Norte viola importantíssimas normas legais ambientais nacionais e comunitárias, nomeadamente no que toca à Reserva Ecológica Nacional e Rede Natura 2000. Chamamos a atenção para o artigo 10º do Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de Abril, que determina que um projecto que implique impactes negativos para uma Zona Especial de Conservação só pode ser autorizado quando se verifique a ausência de solução alternativa e ocorram razões imperativas de interesse público; no caso de um projecto com impactes negativos para Zonas Especiais de Conservação (ZEC), como é o caso da LATTE, obtemos que as razões imperativas de interesse público dizem respeito a situações em que “estejam em causa razões de saúde ou segurança pública”, em que “a realização do projecto implique consequências benéficas para o ambiente” ou “ocorram outras razões de interesse público sobre as quais se tenham pronunciado as instâncias competentes nacionais e da União Europeia”;*
4. *Continuamos a considerar que a localização desta Linha pelo Traçado Norte viola frontalmente o PROT Algarve, que na verdade prevê um espaço-canal (artigo 32º) para efeito deste tipo de infra-estruturas, o qual se encontra fisicamente referenciado pela A22 (vulgo Via do Infante) enquanto Via Longitudinal do Algarve, e que todas as grandes obras de natureza linear devem ser compatíveis com o definido no mais importante instrumento de ordenamento do território vigente e que vincula todas as entidades públicas; tendo em consideração o que afirmamos na alínea anterior, obtemos que a solução alternativa existe e está definida no PROT;*
5. *Continuamos a considerar que o traçado Norte é economicamente o mais desfavorável, embora em nenhum momento do procedimento de AIA tal facto tenha sido devidamente quantificado;*
6. *Continuamos a achar que os fundamentos expressos na Declaração de Impacte Ambiental de Abril de 2003, nomeadamente por razões de segurança e de prevenção em caso de situações de acidente na A22, não encontram suporte no*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

respectivo Estudo de Impacte Ambiental realizado nem reúne consenso de técnicos e especialistas sobre o assunto;

7. *Consideramos que a situação ainda se agravou mais recentemente tendo em conta o comportamento das instituições e pessoas envolvidas; com efeito:*

- a) *Apesar da posição contra o “Traçado Norte” (actualmente dividido nos Troços 1, 2 e 3), esta autarquia participou em reuniões conjuntas com a REN, SA, a CCDR Algarve, a Direcção Geral de Energia, e com as autarquias envolvidas no processo, em sede da AMAL, donde resultou um compromisso por parte da REN, SA de alteração ao traçado do ante-projecto e que pretendiam minimizar impactos sobre este Município, nomeadamente no desvio do traçado para Norte na área dos apoios n.º 69 a 75 (AAT da Ribeira da Mercês);*
- b) *Apesar de termos mantido a nossa posição de fundo contra a solução “Traçado Norte”, esta alteração sempre minorava os impactes negativos sobre a AAT das Ribeira das Mercês, viabilizando-a;*
- c) *Em reunião realizada na autarquia com a Administração da REN, SA no dia 4 de Novembro de 2005, foi garantido ao edil que o traçado do Troço 2 que seria submetido brevemente a Consulta Pública, e após Estudo de Impacte*
- d) *Porém, verificou-se que as alterações ao traçado do ante-projecto que haviam sido acordadas entre os Apoios n.º 69 e 75 reverteram praticamente ao traçado do ante-projecto, sem qualquer razão real;*
- e) *Face aos factos expostos, a autarquia sente que foram defraudadas as expectativas criadas pela REN, SA nos compromissos anteriormente assumidos já referidos.*

Perante tais factos, a Assembleia Municipal de S. Brás de Alportel, delibera, manter a posição assumida em sessão de 30 de Junho de 2003, apoiando o Sr. Presidente da Câmara na iniciativa de apresentar recurso judicial após decisão sobre o licenciamento do projecto por parte da Direcção Geral de Geologia e Energia.

-----Usando da palavra o Presidente da Câmara disse que este assunto é sobejamente conhecido, pelo que fez apenas um resumo de todo o historial até que se chegou a um traçado que, embora não fosse o ideal era o menos prejudicial. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

-----Acrescentou que com a realização de alguns estudos detectou-se a existência de uma água de bonneli a norte da área de aptidão turística da Ribeira das Mercês e o traçado teve de ser alterado naquela zona (apoio sessenta e nove a setenta e cinco) que não coincidindo com a obra em si, colide com os terrenos já adquiridos para os “greens”, situação com a qual o empreendedor não concorda de forma alguma. -----

-----Acrescentou que a Câmara está mandatada para, judicialmente, interpor acção aquando do licenciamento, só que entretanto os passos já foram todos dados por parte da empresa, faltando-lhes apenas a declaração de utilidade pública para poderem começar a colocar os postes. -----

-----Das últimas reuniões realizadas deslumbra-se uma hipótese de rectificação, no entanto tem alguns receios. -----

-----Seguidamente passou-se à votação da moção tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----Passou-se de seguida ao ponto numero oito da Ordem de Trabalhos: “**PROT ALGARVE- PONTO DE SITUAÇÃO**”-----

-----Sobre este assunto a geógrafa Cláudia Custódio fez uma breve apresentação deste assunto, que dispensa transcrição, por ficar apenso ao livro de actas e ter sido distribuído a todas as bancadas. -----

-----O presidente da mesa disse que ficou com algumas dúvidas nomeadamente quanto à edificação dispersa, ao facto da S. Brás ser designado como retaguarda do litoral, a reciclagem da sucata entre outras. -----

-----O Presidente da Câmara disse que não faz sentido o mapa apresentado com as linhas de alta tensão se pensarmos que a que está a amarelo, segundo o PROT Seria construída em dois mil e doze, o que é impensável quando se está a prever a construção de uma brevemente. -----

-----Teceu algumas considerações acerca da edificação dispersa, turismo rural... e informou que para além das restrições do prot existe ainda a reserva ecológica e a rede natura dois mil para complicar ainda mais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

-----Em relação ao parque de sucata disse que o mesmo só faria sentido se viesse a existir uma congregação de empresas ou algum loteamento de interesse regional que desse dinâmica ao concelho. -----

-----Passou-se ao último ponto da Ordem de Trabalhos . “**OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**”.-----

-----Usando da palavra César Augusto disse que passou na Fonte Férrea e verificou que a obra ainda está por concluir, no entanto o prazo de execução da mesma era de seis meses e já expirou há muito tempo, querendo por isso saber o que se passava.-----

-----Respondendo, o Presidente da Câmara disse que a obra está momentaneamente suspensa porque a empresa está a tentar negociar com os proprietários dos terrenos a colocação dos postes eléctricos.-----

-----Renato Santos passou a ler uma moção relativa ao Dia Internacional da Mulher.-----

-----Seguidamente trocaram-se algumas impressões acerca do teor, chegando-se á conclusão, embora não com a concordância de todos, que o teor seria o seguinte:-----

--- **“Considerando que:-----**

Se aproxima as Comemorações do 8 de Março de 2006 Dia Internacional da Mulher, comemorações que simbolizam a luta das operária têxteis de uma fabrica em Nova York, no longínquo ano de 1857. -----

Mais do que um grito de revolta e de sede de liberdade, foi o inicio de uma luta em que os protagonistas foram as mulheres, da qual os homens não se alhearam, caldeando forças para a conquista de uma vida melhor e mais digna. -----

Com o 25 de Abril de 1974, foi possível às mulheres, alcançarem também importantes direitos, que até então lhes eram negados no nosso País, e uma maior sensibilização da sociedade em geral, para a necessidade de se construírem condições propiciadoras da dignificação do estatuto da mulher, com igualdade de oportunidades, como parte integrante do progresso civilizacional; -----

Porém, nos últimos anos fruto de políticas neo-liberais, tem vindo a degradar-se profundamente a situação de parte significativa das condições de vida da população, com maior incidência sobre a situação específica das condições de vida das mulheres, com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

desregulamentação das relações de trabalho e o crescimento preocupante da pobreza e desemprego femininos. -----

Portugal é dos poucos países da Europa (à revelia de recomendações internacionais), onde continua a persistir o aborto clandestino, em condições de risco para a saúde da mulher, sobretudo das camadas mais desfavorecidas da população; -----

Perante o crescimento dramático de tráfico de seres humanos na Europa, e que já se faz sentir também em Portugal, é necessário e urgente, de forma articulada e corajosa, implementar programas estratégicos, para contrariar e combater o sórdido negócio da prostituição, não encorajando legaliza-la no sentido de a considerar uma profissão; -----

-----Assembleia Municipal de São Brás de Alportel, reunida em 22/02/2006, delibera:-

- 1. Saudar todas as mulheres portuguesas e exortá-las à luta pela igualdade de oportunidades em todas as esferas da vida e da sociedade;*
- 2. Reclamar dos órgãos de soberania competentes, e outros órgãos do poder político, a promoção de políticas económicas sociais e culturais que, visem combater o desemprego, a precariedade e a pobreza e assegurar a participação em igualdade das mulheres;*
- 3. Reivindicar a implementação de programas de acção contra o tráfico de mulheres e crianças para a prostituição e pornografia contra todas as tentativas de aviltamento da dignidade da mulher.*
- 4. Enviar esta moção, a todos os órgãos de soberania e aos órgãos de comunicação social.”*

-----Passando-se á votação foi a mesma aprovada por maioria com onze votos a favor e cinco abstenções. -----

-----Seguidamente Tomás Nunes apresentou a seguinte declaração de voto:-----

-----“Sendo o nosso grupo político inteiramente solidário com os valores gerais transmitidos na moção apresentada pela CDU, relacionados com a igualdade de direitos da mulher, não podemos deixar de ter em consideração que os considerandos políticos tocam questões de foro ideológico e de consciência que não subscrevemos, como os temas da interrupção voluntária da gravidez e da legislação laboral. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

-----*Pelo que o nosso grupo se abstém, não obstante comungarmos dos valores que defendem a igualdade da mulher.*-----

----- Não tendo havido quaisquer intervenções o Presidente da mesa deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta pelo seu conteúdo ter ficado gravado em cassete, acta essa que vai ser assinada pela mesa e por mim _____primeiro secretário que a subscrevi.-----